Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação;
- III - Coordenadoria de Orçamento;
- IV - Coordenadoria de Administração;
- V - Unidade de Assessoria Econômica;
- VI - Unidade de Parcerias Público-Privadas (PPP);
- VII - Unidade de Articulação com Municípios.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos nº 53.406, de 10 de setembro de 2008, e nº 55.726, de 20 de abril de 2010.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Emanuel Fernandes
 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.661, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 56.635, de 1º de janeiro de 2011,

Decreta:

Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos:

- I - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;
- II - Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE;
- III - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP;
- IV - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;
- V - Fundo Estadual de Saneamento - FESAN;
- VI - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Departamento de Administração;
- III - Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP;
- IV - Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 55.673, de 5 de abril de 2010.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Emanuel Fernandes
 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.662, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria dos Transportes Metropolitanos

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto no Decreto nº 56.635, de 1º de janeiro de 2011,

Decreta:

Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria dos Transportes Metropolitanos:

- I - Administração Superior da Secretaria e da Sede;
- II - Estrada de Ferro Campos do Jordão;
- III - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM;
- IV - Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ;
- V - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU.

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Coordenadoria de Relações Institucionais;
- III - Coordenadoria de Transporte Coletivo;
- IV - Coordenadoria de Planejamento e Gestão;
- V - Unidade de Coordenação do Projeto de Trens e Sistemas da Região Metropolitana da Grande São Paulo - UCPTS - RMGSP;
- VI - Unidade de Coordenação do Programa de Investimentos nos Transportes Metropolitanos de São Paulo - UCPTM;
- VII - Unidade de Coordenação da Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões - UCCMCP.

Artigo 3º - Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Estrada de Ferro Campos do Jordão a Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 55.066, de 19 de novembro de 2009.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Emanuel Fernandes
 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.663, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Turismo

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 6º do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, que estabelece normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, e à vista do disposto nos Decretos nº 56.635 e nº 56.638, de 1º de janeiro de 2011,

Decreta:

Artigo 1º - Constituem Unidades Orçamentárias da Secretaria de Turismo:

- I - Administração Superior da Secretaria e da Sede;
- II - Coordenadoria de Turismo;
- III - Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR.

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias.

Artigo 3º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Turismo:

- I - Administração da Coordenadoria de Turismo;
- II - Divisão de Pesquisa e Planejamento;
- III - Divisão de Operações e Atividades;
- IV - Serviço de Informações.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 52.117, de 31 de agosto de 2007.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Emanuel Fernandes
 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.664, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Autoriza a Secretaria da Habitação a, representando o Estado, celebrar Convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, visando à gestão de recursos a serem transferidos aos Municípios, que em razão de chuvas tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública, para a concessão de benefício eventual denominado auxílio-moradia emergencial

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as chuvas que vêm incidindo de forma concentrada no território do Estado de São Paulo e que vêm gerando enchentes com um grande número de desalojados e desabrigados, em especial famílias de baixa renda;

Considerando que incumbe ao Poder Público prestar auxílios eventuais, destinados ao atendimento de situações de emergência, calamidade e de vulnerabilidades temporárias; e

Considerando que as famílias de baixa renda que forem sinistradas pelas chuvas necessitarão de soluções a título de auxílio eventual por parte do Poder Público, na forma de auxílio-moradia emergencial,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Secretaria da Habitação autorizada a, representando o Estado, celebrar convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, visando à gestão de recursos a serem transferidos aos Municípios que tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública, para a concessão de benefício eventual denominado auxílio-moradia emergencial.

Parágrafo único - O auxílio-moradia emergencial destina-se a garantir as condições de moradia às famílias de baixa renda vítimas das enchentes ou em situação de risco iminente e que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, como direito relativo à cidadania.

Artigo 2º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, respeitadas as formalidades legais, autorizada a celebrar convênios com Municípios que tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública, homologado por decreto do Governador do Estado, após análise da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, visando à transferência de recursos para a concessão de benefício eventual denominado auxílio-moradia emergencial.

§ 1º - O auxílio-moradia emergencial corresponde ao valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) por família beneficiada.

§ 2º - O prazo de vigência do auxílio-moradia se estenderá até que cesse o estado de emergência ou de calamidade pública ou, havendo qualquer impedimento de retorno das famílias beneficiadas às suas residências originais, até que lhes seja provido novo atendimento habitacional.

§ 3º - O auxílio-moradia emergencial poderá ser cumulado com outros benefícios concedidos pelos Municípios.

§ 4º - Havendo necessidade comprovada, o auxílio-moradia emergencial de que trata este decreto poderá ser concedido, em caráter cumulativo e independentemente de declaração de calamidade pública ou emergência, quando o Município interessado já tiver legislação específica e optar pelo pagamento deste benefício em decorrência de eventos de natureza grave, hipótese em que o referido auxílio-moradia emergencial terá o valor equivalente ao pago pelo Município, limitado ao valor máximo previsto no § 1º do artigo 2º deste decreto.

Artigo 3º - Compete ao Município:

- I - solicitar à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU a concessão de auxílio-moradia emergencial às famílias

sinistradas, demonstrando de forma inequívoca a situação emergencial;

II - providenciar relação das famílias atingidas pelas chuvas que terão direito ao auxílio-moradia emergencial a que se refere este decreto, indicando o local em que ficarão abrigadas provisoriamente.

Artigo 4º - São requisitos imprescindíveis para a concessão do auxílio-moradia emergencial:

- I - que a residência da família tenha sido total ou parcialmente destruída pelas chuvas, apresente problemas estruturais graves, ou esteja situada em área sob risco de saúde, iminente de desabamento ou desmoronamento, ensejando a sua interdição, desocupação ou demolição imediata, comprovado por laudo, boletim de ocorrência e/ou termo de interdição expedido pela respectiva Defesa Civil do Município;
- II - que a família beneficiária tenha renda familiar de até 10 (dez) salários-mínimos, comprovada pelo Poder Executivo Municipal.

Artigo 5º - Será suspenso o pagamento do auxílio-moradia emergencial, a qualquer tempo, mediante manifestação circunstanciada e fundamentada do Poder Executivo Municipal, se:

- I - for dada solução habitacional definitiva por qualquer das esferas de Governo para a família beneficiária;
- II - a família beneficiária conquistar autonomia financeira.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Silvio França Torres
 Secretário da Habitação

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011

DECRETO Nº 56.665, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Revigora o Programa "Novo Começo" e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 13, inciso III e 22, § 2º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e no artigo 1º, inciso II, da Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008; e

Considerando a conveniência de ampliar os benefícios eventuais previstos no Decreto nº 56.664, de 11 de janeiro de 2011,

Decreta:

Artigo 1º - Fica revigorado o Programa "Novo Começo" destinado à concessão, para pessoas físicas, de benefícios eventuais com o objetivo de atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, nos casos de emergência e calamidade pública provocados por intensas chuvas que incidiram e que continuam a incidir sobre as áreas de diversos Municípios do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - O Programa a que se refere o artigo 1º deste decreto compreende os seguintes benefícios cumulativos:

I - o auxílio-moradia emergencial de que trata o Decreto nº 56.664, de 11 de janeiro de 2011;

II - prestação única, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), devida aos beneficiários do auxílio-moradia emergencial.

Parágrafo único - O custeio do benefício a que se refere o inciso II deste artigo será feito mediante repasse de recursos financeiros consignados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, criado pela Lei nº 9.177, de 18 de outubro de 1995, com a suplementação cabível, se necessário.

Artigo 3º - O Programa será gerido, em cooperação, pelas Secretarias da Habitação e de Desenvolvimento Social.

§ 1º - Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Social:

1. realizar o repasse de recursos financeiros a que se refere o parágrafo único do artigo 2º deste decreto, por meio de crédito em conta bancária específica da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, no Banco do Brasil S.A.;
2. avaliar a execução do programa.

§ 2º - Caberá à Secretaria da Habitação a coordenação, a supervisão, o acompanhamento e o controle das atividades necessárias à execução do programa, sendo-lhe facultado celebrar convênios com Municípios para apoio na divulgação, acompanhamento e execução do programa.

§ 3º - A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU atuará como agente operador do programa, cabendo-lhe, especialmente:

1. a organização e operação da logística de pagamento dos benefícios, a ser feito preferencialmente por meio de saques com cartão magnético, pelos próprios beneficiários, em agências ou em postos autorizados pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do Tesouro;
2. a elaboração de relatórios necessários ao acompanhamento e avaliação da execução do programa e sua apresentação às Secretarias da Habitação e de Desenvolvimento Social.

§ 4º - A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, com o propósito de dar maior celeridade à concessão do auxílio-moradia emergencial de que trata o Decreto nº 56.664, de 11 de janeiro de 2011, poderá repassar o respectivo valor diretamente às famílias beneficiadas independentemente de convênio com o Município em que se situem as áreas atingidas pelas chuvas.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Silvio França Torres
 Secretário da Habitação

Paulo Alexandre Pereira Barbosa

Secretário de Desenvolvimento Social

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.666, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóvel localizado neste Estado, necessário à implantação de Programa Habitacional

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 1º e 2º, inciso V, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962,

Decreta:

Artigo 1º - Fica declarado de interesse social, a fim de ser desapropriado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, por via amigável ou judicial, um imóvel com superfície de 91.507,48m² (noventa e um mil, quinhentos e sete metros quadrados e quarenta e oito décimos quadrados), localizado no Distrito Guaianases, nesta Capital, conforme identificado nos autos do protocolo CDHU-205281/10 (código 575812074), necessário à implantação de Programa Habitacional para famílias de baixa renda, com as medidas, limites e confrontações mencionadas na planta e memorial descritivo, a saber: "inicia no ponto 1, localizado no alinhamento predial direito da Rua Moreira Neto, sentido norte, na interseção com o eixo do Ribeirão Itaquera Mirim, distante 134,44m do alinhamento da Avenida Governador Jânio Quadros; daí, segue na direção azimutal 216º10'26" e distância de 182,04m até o ponto 2; prossegue no azimute 210º14'47" e distância de 9,03m até o ponto 3; segue no azimute 197º18'15" e distância de 2,18m até o ponto 4, em confronto, do ponto 1 até aqui, com a Rua Moreira Neto; prossegue no azimute 206º30'46" e distância de 256,93m até o ponto 5, em confronto com a Rua Projetada ocupada por terceiros; deflete à esquerda, segue no azimute 115º00'04" e distância de 195,19m até o ponto 6, em confronto com a Rua Projetada, com a propriedade da Fazenda do Estado (transcrição nº 66.221 do 9º Registro de Imóveis-SP) e com a propriedade da COHAB/SP (matrícula nº 29.863 do 7º Registro de Imóveis-SP); deflete à esquerda, prossegue no azimute 69º24'35" e distância de 176,01m até o ponto 7, em confronto com a Área 2 (matrícula nº 116.580 do 7º Registro de Imóveis-SP); deflete à esquerda, segue no azimute 40º43'39" e distância de 26,11m até o ponto 8; prossegue no azimute 34º01'01" e distância de 44,26m até o ponto 9, localizado no eixo do Ribeirão Itaquera Mirim, em confronto, do ponto 7 até aqui, com a propriedade da COHAB/SP (matrícula nº 29.863 do 7º Registro de Imóveis-SP); deflete à esquerda, segue pelo eixo do Ribeirão Itaquera Mirim, sentido jusante, nos seguintes azimutes e distâncias: 322º03'25" e 8,92m até o ponto 10; 329º31'51" e 15,51m até o ponto 11; 345º12'56" e 20,76m até o ponto 12; 352º01'08" e 14,33m até o ponto 13; 340º34'36" e 23,87m até o ponto 14; 08º50'25" e 11,11m até o ponto 15; 348º56'13" e 7,54m até o ponto 16; 313º04'24" e 12,03m até o ponto 17; 325º09'28" e 16,70m até o ponto 18; 307º39'06" e 9,52m até o ponto 19; 278º37'10" e 3,44m até o ponto 20; 321º26'51" e 15,43m até o ponto 21; 309º10'31" e 9,02m até o ponto 22; 312º46'30" e 12,99m até o ponto 23; 00º33'17" e 19,85m até o ponto 24; 347º05'13" e 16,97m até o ponto 25; 312º09'30" e 17,98m até o ponto 26; 296º38'06" e 18,33m até o ponto 27; 308º58'13" e 21,09m até o ponto 28; 321º09'20" e 14,85m até o ponto 29 e 335º55'22" e 11,15m até o ponto 30; 323º08'17" e 11,35m até o ponto 31; 310º40'03" e 17,94m até o ponto 32; 327º43'26" e 12,13m até o ponto 33; 337º02'51" e 8,83m até o ponto 34; 348º57'33" e 9,83m até o ponto 35; 43º02'41" e 17,66m até o ponto 36; 31º53'25" e 9,54m até o ponto 37; 20º24'18" e 27,23m até o ponto 38; 07º50'53" e 6,24m até o ponto 39 e 330º53'59" e 8,33m até o ponto 1, início da descrição, em confronto, do ponto 9 até aqui, com espaço livre da Vila Jamil, da Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos."

Artigo 2º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de recursos próprios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2011
GERALDO ALCKMIN
Silvio França Torres
 Secretário da Habitação

Sidney Estanislau Beraldo

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº 56.636, DE 1º DE JANEIRO DE 2011

Retificação do D.O. de 1º-1-2011

Na alínea "h" do item 1 do § 1º do artigo 3º leia-se como segue e não como constou:

h) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP;

**DECRETO Nº 56.638,
DE 1º DE JANEIRO DE 2011**

Retificação do D.O. de 1º-1-2011

No "caput" do artigo 28 leia-se como segue e não como constou:

Artigo 28 - O Chefe de Gabinete, o Diretor do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias e os Diretores a que se refere o artigo 25 deste decreto, na qualidade de dirigentes de unidades de despesa, têm as seguintes competências: